



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

**ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões**

---

**SINDICATOS PORTUGUESES, UTILIZAÇÃO DA INTERNET E CULTURAS DIGITAIS**

---

CORREIA, Manuel

Doutoramento em História da Cultura,

CEIS20

manuel.correia@uc.pt

---

MARQUES ALVES, Paulo

Doutoramento em Sociologia

DINÂMIA'CET-IUL e ISCTE-IUL

paulo.alves@iscte.pt

---

GARRIDO, Ulisses

Licenciatura em Sociologia

ETUI

ugarrido@etui.org

---

GONÇALVES, Luís

Licenciatura em Sociologia

ISCTE-IUL

Luis.Goncalves@netcabo.pt

---

FIDALGO, Fernando

Licenciatura em Sociologia

ISCTE-IUL

fidalgo@strup.pt



### Resumo

A grande maioria dos movimentos sindicais dos países mais desenvolvidos passou a enfrentar uma crise a partir dos anos 70. Com vista a superar esses tempos difíceis (Chaison, 1996) desenvolveram um conjunto de estratégias diversificadas, entre as quais se conta a adoção das TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação e, em particular, a utilização da internet.

Os sindicatos adoptaram estas tecnologias mais tardiamente do que as empresas ou outro tipo de organizações (Ad-Hoc Committee on Labor and the Web, 1999; Fiorito et al., 2000; Pinnock, 2005), mas as vantagens competitivas que elas oferecem e a sua flexibilidade encorajou-os a utilizarem-nas de uma forma crescente.

Um pouco por todo o mundo, os sindicatos estão a fazer um investimento significativo no campo das TIC, utilizando-as em diversas áreas com determinados objetivos. Alguns estudos revelam que esse investimento tem tido um impacto relevante na organização mas um efeito mais mitigado na eficiência geral dos sindicatos (Fiorito et al, 2002). Contudo há autores que vão mais longe enfatizando que as TIC têm não apenas um grande impacto nos resultados da atividade sindical mas contribuem também para uma transformação qualitativa levando à emergência de novas formas de organização sindical. Os conceitos de e-union (Darlington, 2000) e cyberunion (Shostak, 1999, 2002) são disso exemplos.

No entanto, o insuficiente ou baixo grau de literacia informática suscita a questão da mudança cultural na transição do uso de dispositivos e práticas analógicas para novos sistemas e práticas digitais. Esta transição problemática poderá explicar, pelo menos parcialmente, a lentidão na adoção das TIC por parte de sindicatos cujas lideranças tiveram determinadas trajetórias específicas.

Com esta comunicação evidenciaremos que a difusão das TIC no movimento sindical português se tem vindo a fazer de forma diferenciada e demonstraremos a oportunidade perdida que os sítios dos sindicatos na Internet parecem constituir no sentido de uma sua contribuição para a revitalização do movimento sindical.

Metodologicamente, aliou-se a análise extensiva (inquérito realizado junto dos sindicatos portugueses ativos em 2011 e análise da presença sindical na Internet), à análise intensiva (estudo de caso incidindo sobre a CGTP-IN).

### Abstract

The vast majority of trade union movements in the most developed countries began to face a crisis from the 70's. In order to overcome these "hard times" (Chaison, 1996) they developed a set of diverse strategies, among which is the adoption of ICT - Information and Communication Technologies and in particular the use of the Internet.

The unions have adopted these technologies later than companies or other organizations (Ad-Hoc Committee on Labor and the Web, 1999; Fiorito et al., 2000; Pinnock, 2005), but the competitive advantages they offer and their flexibility encouraged them to use it in a crescent way.

All over the world, unions are making a significant investment in the ICT field, using them in different areas with specific targets. Some studies show that this investment has had an important impact on the organization but a more mitigated one in the overall efficiency of the unions (Fiorito et al, 2002). However some authors go further emphasizing that ICT has not only a great impact on the results of union activity but also contribute to a qualitative transformation leading to the emergence of new forms of union organization. The concepts of e-union (Darlington, 2000) and cyberunion (Shostak, 1999, 2002) are some examples. However, insufficient or low degree of computer literacy raises the question of cultural change in the transition from the use of analog devices and practices for new systems and digital practices. This transition problem may explain, at least partially, the slow adoption of ICT by unions whose leaders had certain specific trajectories. With this paper we will show clearly that the adoption of the ICT in the Portuguese trade unions movement was differentiated and we shall demonstrate that the trade unions websites constitute a lost opportunity in order to give a contribution for the revitalization of the trade unions movement.

Methodologically, extensive analysis (survey of Portuguese unions active in 2011 and analysis of union presence on the Internet) is allied to intensive analysis (case study focusing on the CGTP-IN).

Palavras-chave: sindicalismo; crise; revitalização; tecnologias da informação e da comunicação

Keywords: trade unions, crisis, revitalization, information and communication technologies



## 1. Introdução

Esta comunicação apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa que visa compreender as razões que levaram os sindicatos portugueses a adoptar as TIC, a relativa lentidão com que tal sucedeu e os factores que condicionam essa adopção. Pretende-se igualmente analisar as atitudes dos líderes sindicais para com estas tecnologias.

São várias as interrogações de partida que nos norteiam: que razões levaram os sindicatos a aderir à revolução tecnológica depois de uma atitude inicial de grande desconfiança por parte de muitos dirigentes? Como se explica esta mudança de atitude? A difusão das TIC ocorre de forma uniforme em todo o movimento sindical ou existem diferenças que importa referir e explicar? Que factores modelam as decisões sobre a sua adopção e utilização? As TIC têm contribuído para a revitalização sindical?

Evidenciaremos que a difusão destas tecnologias no movimento sindical português se tem vindo a fazer de forma diferenciada e demonstraremos a oportunidade perdida que os sítios dos sindicatos na Internet parecem constituir no sentido de uma sua contribuição para a revitalização do movimento sindical.

Metodologicamente, aliou-se a análise extensiva (inquérito realizado junto dos sindicatos portugueses activos em 2011 e análise da presença sindical na Internet), à análise intensiva (estudo de caso incidindo sobre a CGTP-IN).

## 2. Crise e revitalização do movimento sindical

Desde a década de 70 que a generalidade dos movimentos sindicais dos países capitalistas avançados vem enfrentando “tempos difíceis” (Chaison, 1996). Este facto teve como consequência o refluxo, mais ou menos acentuado e seguindo ritmos diferenciados, dos efectivos sindicais e uma perda de influência social e política dos sindicatos (Visser, 2006).

Este declínio tem sido atribuído fundamentalmente a um conjunto de causas exógenas ao movimento sindical, aqui se cruzando tendências globais com especificidades nacionais. Em particular, são de referir as mudanças ocorridas nas estruturas económicas, sociais, políticas e culturais. No entanto, factores endógenos ao sindicalismo não deixaram de contribuir igualmente para a situação. Segundo Ebbinghaus e Visser (2000) verifica-se um défice de capacidade de adaptação e de inovação dos sindicatos face aos desafios que lhes são colocados.

Na tentativa de estancar o declínio do número de filiados e a perda de influência e de tentar acomodar novos grupos de trabalhadores, as organizações sindicais colocaram na ordem do dia a questão da sua revitalização nesta época de profunda alteração da morfologia do trabalho (Antunes, 2005). Para tal empreenderam um conjunto de acções diversificadas, entre as quais se contam a implementação de estratégias do tipo “*organizing*” (Heery et al., 2003) visando o recrutamento, o reforço da organização sindical de base, a melhoria da ligação militantes-aderentes e a mobilização dos trabalhadores; as reestruturações organizativas, traduzidas numa vaga de fusões; o estabelecimento de alianças e coligações com outros movimentos sociais; a implementação de novas agendas reivindicativas; a renovação de lideranças; a acção política ou o reforço da interconexão da acção sindical aos diversos níveis, do local ao global (Frege e Kelly, 2003). Para apoiar estas acções os sindicatos começaram a adoptar em larga escala as tecnologias de informação e comunicação (TIC).

## 3. Adopção e utilização das TIC pelos sindicatos

De acordo com o Ad-Hoc Committee on Labor and the Web (1999) e Pinnock (2005) os sindicatos só tardiamente reconheceram o potencial das TIC, onde englobamos todos os dispositivos de base electrónica que permitem armazenar, tratar e difundir informação, o que inclui telemóveis, computadores e Internet.

Este facto não deixará de reflectir uma atitude inicial de desconfiança, quando não mesmo de rejeição das TIC, por parte de muitas lideranças sindicais. Aliás, o primeiro grande obstáculo à sua implementação reside justamente nas resistências colocadas no interior das organizações (Rego et al., 2010), atendendo às competências que são requeridas e ao que elas potencialmente permitem mudar. É necessário um saber-fazer específico, destreza e escrever mais do que falar, quando os militantes sindicais são geralmente mais pessoas de palavra dita. Com elas, rotinas enraizadas poderão ser alteradas, dado o seu favorecimento de uma actuação em tempo real, podendo igualmente serem alterados os tradicionais circuitos de comunicação de tipo vertical, onde as informações sobem e as decisões descem, em prol de uma comunicação em rede.

Mas apesar de todas as resistências, as vantagens competitivas que elas oferecem, baseadas na rapidez e na flexibilidade; no custo, quando comparado com os meios tradicionais de comunicação; no seu alcance e na possibilidade de permitirem evitar o controlo das direcções das empresas, acabaram por impelir os sindicatos à sua utilização, o que vêm fazendo de modo crescente. A sua adopção explica-se fundamentalmente por uma necessidade sentida de racionalização, mas também pela dimensão das organizações (Fiorito et al., 2000).

Com excepção de Chaison (2002) e de Troy (2001, *apud* Cockfield, 2003), verifica-se um consenso generalizado na comunidade científica sobre a importância da contribuição das TIC para a revitalização sindical, com alguns estudos a revelarem um seu impacto muito relevante nas questões organizativas e mais mitigado na eficácia geral dos sindicatos (Fiorito et al., 2002). Para Greene et al. (2003), os sindicatos de menor dimensão serão aqueles que maiores vantagens poderão retirar da utilização das TIC.

De sublinhar, contudo, que alguma da literatura disponível assume um carácter especulativo, enquanto outra enferma de um forte determinismo tecnológico, ao considerar que a simples utilização das TIC conduz, por exemplo, ao aprofundamento da democracia sindical. Ou seja, olvidam-se os processos sociais que se encontram subjacentes à adopção e utilização destas tecnologias. Efectivamente, a democratização da organização só ocorrerá se as lideranças sindicais assim o desejarem e definirem estratégias nesse sentido, porque tal representa “um desafio para as estruturas de poder existentes” (Darlington, 2000).

Por outro lado, se as TIC se encontram amplamente difundidas no mundo sindical, não deixam de se registar diferenças significativas quanto à sua utilização e às áreas da actividade sindical onde são aplicadas (Fiorito et al., 2000, 2002). Os sindicatos podem utilizar estas tecnologias em diversos domínios e com objectivos múltiplos.

Com os computadores, podem ser automatizados determinados processos de carácter rotineiro inerentes à gestão administrativa, produzir informação específica de forma rápida (Fiorito et al., 2000, 2002), arquivar digitalmente informação, criar e gerir bases de dados sobre sócios e outras, apoiar as tarefas de organização e de negociação (Fiorito e Bass, 1999) e melhorar a coordenação entre os vários níveis de acção sindical através da utilização de uma intranet, a qual facilita a comunicação entre as lideranças sindicais e os restantes militantes.

Um outro campo é a Internet, que pode dar uma contribuição importante em diversos domínios. Com a Internet, os sindicatos podem difundir livremente os seus pontos de vista sem qualquer tipo de mediação ou constrangimento (Ad Hoc Committee, 1999; Darlington, 2000) e pesquisar informação necessária à acção sindical (Fiorito et al., 2000). Com ela, podem ainda reforçar os serviços que já prestavam aos seus aderentes, de onde se destaca a difusão de informação específica sobre as questões que afectam os trabalhadores, como a negociação colectiva ou a legislação aplicável (Ad Hoc Committee, 1999; Darlington, 2000; Diamond e Freeman, 2002), a par da possibilidade de fornecer outros novos, como a educação e a formação dos trabalhadores e dos militantes sindicais através de plataformas de *e-learning* (Sawchuck, 2001). Em particular os trabalhadores com limitações de tempo, como as mulheres, poderão beneficiar muito com a Internet (Greene e Kirton, 2003).

Contudo, a este propósito, dois problemas se podem colocar tornando ineficiente o investimento feito. O primeiro remete para a existência de um “digital divide” na sociedade, fruto da impossibilidade, ou por questões económicas ou por ausência de competências, de acesso à web por parte uma fatia mais ou menos

importante de aderentes de um dado sindicato; o outro refere-se à resistência que alguns, mesmo tendo possibilidades de aceder e competências, poderão colocar à sua utilização (Martínez Lucio, 2003).

A Internet pode dar igualmente um importante contributo para o recrutamento, com os sindicatos a disponibilizarem em linha as fichas de adesão ou a promoverem campanhas de sindicalização (Hendrickson, 1998, *apud* Fiorito et al., 2000). O mesmo se passa em relação à mobilização dos trabalhadores para a acção colectiva, para a qual os SMS via telemóvel são outro meio eficaz. Ela pode contribuir igualmente para ganhar a opinião pública para o apoio aos sindicatos e aos trabalhadores durante os conflitos laborais (Diamond e Freeman, 2002; Shostak, 2002).

A Internet pode ter particular relevância no recrutamento e organização dos trabalhadores em empresas ou sectores onde se verifica uma atitude agressiva do patronato para com os sindicatos, ou no caso de grupos de trabalhadores com culturas mais individualistas e mais focados nas suas carreiras. Nestes casos, a solução pode estar no lançamento de sindicatos virtuais como o *Rom* na Noruega, destinado a todos os “nómadas” do mercado de trabalho (Dolvik, 2002), ou o *IT Workers Alliance* na Austrália, o *Alliance@IBM* e o *WashTech*, destinados aos que nos EUA trabalham no ramo das tecnologias da informação, assim como o *Walmartworkerslv.com*, dedicado aos trabalhadores da Walmart, empresa símbolo das políticas anti-sindicais nos EUA (Diamond e Freeman, 2002).

Duas outras esferas da acção sindical que podem beneficiar com a utilização da Internet são o estabelecimento de pontes entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, a “solidariedade externa” de que falam Levesque e Murray (2003) e o incremento da coordenação e da solidariedade no interior de um movimento sindical nacional ou entre movimentos sindicais (Lee, 1997, 2000; Darlington, 2000; Hodgkinson, 2001), criando o que Waterman designa por “novo internacionalismo” (Waterman, 2001). Com este objectivo, alguns sítios foram criados, como o de Lee (*Labourstart*) ou o *Cyber Picket Line*, o *Global Unions* e o *Labournet*, os dois primeiros com um carácter mais informativo e o último com um propósito mais mobilizador.

De referir que Waterman condena o facto dos sítios sindicais na Internet representarem mais uma utilização tardia das TIC enquanto instrumento e não enquanto ciberespaço, isto é, “um outro tipo de espaço, com possibilidades ilimitadas para o diálogo internacional, a criatividade e a invenção/descoberta/desenvolvimento de novos valores, novas atitudes e novos diálogos” (Waterman, 2001, p. 325).

O aprofundamento da *accountability* e da democracia sindical é outro campo no qual alguns autores vêem um contributo essencial das TIC, em particular da Internet (Diamond e Freeman, 2002; Hogan e Green, 2001; Greer, 2002; Lucore, 2002). Através do que alguns designam por “democracia electrónica” será possível quebrar a “lei de ferro da oligarquia” que Michels (1961 [1910]) afirmou nos inícios do século XX constituir uma característica central de todas as organizações de massas. Tal facto é concebível segundo alguns porque a Internet, ao possibilitar a existência das redes sociais e de sítios dinamizados por quem se oponha às lideranças sindicais, levará estas a ter que difundir em larga escala informação sobre o modo de governo dos sindicatos, a consultar os aderentes antes de tomar decisões importantes, a implementar ferramentas de comunicação bidireccionais, como os fóruns, ou o voto electrónico.

Contudo, como referimos anteriormente, se a Internet disponibiliza as ferramentas que poderão propiciar o aprofundamento da democracia sindical, este só ocorrerá se as lideranças sindicais assim o desejarem e definirem as necessárias estratégias.

Por outro lado, alguns autores defendem que as TIC, e sobretudo a Internet, não só têm um impacto significativo nos resultados dos sindicatos, como contribuem para a sua transformação qualitativa. Novas formas sindicais estarão a emergir, designadas por *cyberunions* (Shostak, 1999, 2002), por *e-unions* (Darlington, 2000), por *open-source unionism* (Freeman e Rogers, 2002) ou *sindicalismo 2.0* (Gutiérrez-Rubi, 2009). Diamond e Freeman afirmam mesmo que a morfologia destes sindicatos “será tão distinta da dos sindicatos actuais tal como a morfologia dos sindicatos de indústria difere da dos sindicatos de ofício seus predecessores” (Diamond e Freeman, 2002, p. 591). Pinnock (2005) alerta, contudo, para que a sua

materialização depende da adopção de uma estratégia que permita retirar todas as potencialidades das TIC; caso contrário a realidade será a dos *cybervoid*.

Na sua visão futurista e algo especulativa, Shostak sustenta que o *cyberunion* é um sindicato que implementa uma política por si designada de FIST – *Futuristics, Innovations, Services, Tradition*, ou seja, uma política que aos valores e às práticas tradicionais do sindicalismo alia a adopção em profundidade das TIC, submetida a uma estratégia bem delineada pelas lideranças sindicais. Para o autor, estes sindicatos encontram-se na vanguarda da revolução tecnológica e tornam-se mais eficientes. E distinguir-se-ão de outros três tipos: os *cybernaught*, aqueles que se mantêm à margem da aplicação das TIC ou que as aplicam muito tenuemente, assim contribuindo para o reforço de uma “*dinosaur image*” (Hurd, 1998 *apud* Fiorito et al., 2000) ligada a este tipo de organizações; os *cyberdrift*, aqueles que adoptam as TIC mas sem qualquer coerência, não retirando delas todo o seu potencial; e os *cybergain*, sindicatos que exploram de forma consciente as potencialidades das TIC, mas que “não lidam com o futuro da mesma forma como lidaram de forma eficaz com o passado”(Shostak, 2002, p. 95).

As restantes perspectivas são semelhantes. Darlington defende que um *e-union* é uma forma de sindicato onde as TIC estão presentes nas mais variadas actividades desenvolvidas. Freeman e Rogers consideram o *open-source unionism* como uma forma de organização que usa a Internet de forma extensiva para fornecer informação e outro tipo de serviços aos seus aderentes, bem como propiciar uma melhor comunicação entre os militantes. Gutierrez-Rubi considera que os meios do *sindicalismo 2.0* são os testemunhos na rede, o protesto virtual, o videosindicalismo<sup>i</sup>, o ciberactivismo, a sensibilização em linha, a informação digital, as campanhas em rede e as redes sociais e as ciberorganizações.

O modelo seguinte representa de forma sintética as potencialidades e os desafios que as TIC colocam ao movimento sindical.

#### **4. A difusão das TIC em Portugal**

Desde 1995 que se verificou em Portugal um inegável crescimento da difusão das TIC nos agregados domésticos (INE, 2011).

De notar que a utilização das TIC, em particular os computadores e a Internet, está fortemente relacionada com a idade e a escolaridade. Em 2011, 95,4% dos portugueses com credenciais académicas utilizaram o computador e 94,8% acederam à Internet. Os valores apurados para os detentores da escolaridade básica são, respectivamente, de 40,9% e 37,3%. Paralelamente, no mesmo ano, 95,0% dos portugueses entre os 16 e os 24 anos utilizaram o computador e 92,7% acederam à Internet. Os valores vão decrescendo à medida que se avança na idade, sendo os mais baixos, respectivamente, de 13,9% e 12,5% alcançados no escalão etário dos 65 aos 74 anos.

As TIC encontram-se igualmente largamente difundidas nas organizações públicas e privadas portuguesas, sendo a presença de computadores e o acesso à Internet praticamente universal. A esta tendência apenas escapa a presença na Internet, facto que é mais acentuado nas organizações empresariais (Quadro 1).



Quadro 1 - Difusão das TIC em Portugal, segundo o tipo de organização (%), em 2010

|                                          |          | Utilização de computadores | Acesso à Internet | Presença na Internet              |
|------------------------------------------|----------|----------------------------|-------------------|-----------------------------------|
| Administração pública                    | Central  | 100,0                      | 100,0             | 96,0                              |
|                                          | Regional | 100,0                      | 100,0             | Açores – 97,0%<br>Madeira – 93,0% |
|                                          | Local    | 100,0                      | 100,0             | 100,0                             |
| Hospitais                                |          | 100,0                      | 98,7              | 76,3                              |
| Escolas <sup>1</sup>                     |          | 100,0                      | 100,0             | -                                 |
| Empresas com > de 10 trabalhadores       |          | 97,2                       | 94,1              | 52,1                              |
| Estabelecimentos hoteleiros <sup>1</sup> |          | 98,0                       | 97,0              | 96,0                              |

Fonte: INE/UMIC – Inquéritos à Utilização das TIC na Administração Pública Central; na Administração Pública Regional; nas Câmaras Municipais; nos Hospitais; nas Empresas; nos Estabelecimentos de hotelaria e GEPE/ME – Modernização Tecnológica das Escolas

<sup>1</sup>2008

## 5. Os sindicatos portugueses e as TIC

E os sindicatos? Depois da já mencionada situação inicial de forte desconfiança e mesmo de rejeição por parte de grande parte das suas lideranças, que se mantinha ainda muito viva em meados da década de 90 (Alves, 1994), os sindicatos portugueses vieram a aderir paulatinamente à revolução tecnológica, ainda que com ritmos e intensidades diferenciados, o que acabou por se traduzir na situação de algum dualismo que actualmente podemos descortinar.

A grande maioria das organizações (sindicatos, federações, uniões sindicais e confederações) utiliza computadores, ainda que numa proporção inferior à verificada nas organizações empresariais e, sobretudo, na administração pública (Quadro 2). O grau de penetração dos computadores só é total nas uniões. Podemos verificar as mesmas tendências no que se refere ao acesso à Internet, tendo este sido medido através da existência de um endereço de correio electrónico. Já quanto à presença na *web*, esta é superior entre as organizações sindicais (em particular os sindicatos de base e as confederações) do que entre as empresas com mais de 10 trabalhadores, embora se registem valores muito inferiores aos verificados na administração pública. A disponibilização de um número de telemóvel no sítio da Internet ocorre unicamente em pouco mais de um terço dos sítios, com as federações e as uniões a apresentarem valores bastante inferiores. Nenhum número é disponibilizado nos sítios confederais.

Quadro 2 – Difusão das TIC nas organizações sindicais portuguesas, por tipo de organização (%), em 2011

|                      | Sindicatos | Federações | Uniões | Confederações |
|----------------------|------------|------------|--------|---------------|
| Computadores*        | 85,7       | 84,0       | 100,0  | 83,3          |
| Presença na Internet | 64,1       | 48,0       | 36,4   | 83,3          |
| Correio electrónico  | 84,8       | 80,0       | 100,0  | 83,3          |
| Telemóveis**         | 36,2       | 18,2       | 10,0   | 0,0           |

Fonte: Base de Dados das organizações sindicais portuguesas

\* n=390, sendo que se desconhece a situação relativamente a 46 organizações (11,8% do total)

\*\* Refere-se somente à disponibilização de algum número de telemóvel no sítio web

Alguns indicadores relativos à utilização do *email* e do telemóvel revelam um deficiente aproveitamento destas funcionalidades, importantes em termos da ligação dos aderentes à organização. Quanto ao telemóvel, são disponibilizados entre um número (38,2%) e 45 (1,5%), enquanto o número de endereços de correio electrónico varia entre um (62,1%) e 41 (0,3%). Dos sindicatos com endereço de *email* só metade (50,3%) possuem um domínio próprio, o que é indicador de um certo grau de sofisticação tecnológica. Um número muito reduzido de organizações (9,5%) disponibilizam o endereço de correio electrónico do respectivo líder, valor que sobe para 11,4% em termos do endereço da direcção ou de cada um dos seus membros individualmente, para 16,6% no que se refere aos endereços dos departamentos (sócios, tesouraria, tempos livres,...) e para 25,1% no caso dos endereços das estruturas regionais.

Já a presença na Internet é menor, como vimos, distribuindo-se da forma evidenciada pelo Quadro 3. Nele podemos observar uma relativamente escassa presença nas redes sociais (3,4% das organizações estão presentes na Internet somente por esta via, sendo que no total, 18,7% podem ser encontradas no Facebook). Menos comuns ainda são os blogues (4,9%), sendo que na maioria dos casos (4,3%) eles funcionam como substitutos dos sítios. Somente 4,9% dos sindicatos têm presença nas plataformas de partilha de vídeos, como o YouTube, e 3,8% nas de partilha de fotos, como o Flickr ou o Picasa, sendo que todos os que aí estão presentes a acumulam com outro tipo de presença na Internet.

Quadro 3 – Presença na Internet segundo o tipo de presença (%), em 2011

| Tipo de presença           | %    |
|----------------------------|------|
| Sítio na Internet*         | 59,6 |
| Presença nas redes sociais | 3,4  |
| Blogue                     | 4,3  |
| Presença múltipla          | 32,3 |

Fonte: Base de dados das organizações sindicais portuguesas

\* Contabilizam-se três sítios que se encontram neste momento indisponíveis para construção ou reformulação

Um dos benefícios da Internet é a possibilidade dos sindicatos chegarem a potenciais aderentes, fornecendo-lhes não só informação sobre a sua actividade e os serviços que prestam, mas permitindo igualmente a inscrição em linha, principalmente para quem não tiver a possibilidade de contactar presencialmente com a organização.

Se a disponibilização de informação sobre a actividade do sindicato e os serviços prestados é praticamente universal, o mesmo não se passa com a inserção em linha do formulário de adesão. Só 38,9% dos sindicatos o fazem. Muitos outros fornecem esse documento em formatos Word ou PDF, implicando o seu descarregamento, preenchimento e entrega directamente no sindicato ou através do correio, significando custos e burocracia acrescidos. Num ou noutro caso a ficha de adesão nem sequer existe. Por outro lado, seria de prever que os sindicatos fizessem acompanhar a ficha de um texto onde se expressasse a importância da sindicalização. Surpreendentemente isso só sucede em cinco casos, na maioria sindicatos de professores.

Um outro domínio relevante é o da democracia sindical. A Internet poderá potenciar o seu aprofundamento por duas vias, a primeira das quais a de uma maior transparência no governo das organizações. A análise dos sítios revelou-nos que nenhum sindicato coloca em linha as actas das suas assembleias gerais ou das reuniões da direcção. Quanto muito apenas são publicitadas as convocatórias das assembleias gerais. E são poucos os que disponibilizam as actas das eleições ou os relatórios e contas relativos à sua actividade. Quanto aos dirigentes, a regra é a do elencar dos seus nomes, por vezes acompanhado de fotografias, em detrimento da

elaboração de um registo biográfico detalhado de cada um. De notar ainda que alguns sindicatos nem sequer disponibilizam os seus estatutos em linha.

Uma segunda via de aprofundamento da democracia sindical passa pela participação directa dos aderentes no processo de tomada de decisão, quer nas assembleias gerais quer através das funcionalidades que a Internet faculta. Neste domínio, apenas metade (50,6%) dos sítios possui uma caixa para receber comentários, sugestões ou denúncias de situações nos locais de trabalho. O voto electrónico está totalmente ausente, sendo que num número escasso de sítios são realizadas sondagens, onde o que é avaliado são as políticas governamentais ou o próprio sítio e não as políticas do sindicato. De referir que apenas 6,0% dos sítios possuem fórum, existindo este na maior parte dos casos em termos formais, e 0,9% têm *chat*. A disponibilização de um endereço Skype ou aparentado surge unicamente em 1,3% dos casos. Em resumo, a monodireccionalidade predomina de forma avassaladora sobre uma bidireccionalidade, fomentadora do aprofundamento da democracia organizacional.

Quanto à mobilização dos trabalhadores, a quase generalidade dos sítios fornece informação relativa à acção sindical, às situações vividas nos locais de trabalho ou aos desenvolvimentos verificados na negociação colectiva, o que permite aprofundar a identificação com o sindicato e aumentar os níveis de solidariedade. Mas já são muito menos (apenas 20,0%) os sítios onde é possível fazer a inscrição numa *mailing list* para receber informação. De referir ainda o facto de 42,8% dos sítios terem uma área reservada para os membros do sindicato, onde pode existir outro tipo de informação que não é de acesso generalizado.

Esta mobilização pode ainda ser efectuada através das redes sociais ou da presença nas plataformas de partilha de vídeos ou de fotografias que, como vimos, é muito débil. Outras ferramentas podem ser igualmente utilizadas, como seja o telemóvel, com o envio em massa de SMS, o que é apanágio de um número muito reduzido de sindicatos de professores.

Tradicionalmente, os sindicatos proporcionaram aos seus sócios um conjunto mais ou menos vasto de serviços. A Internet permite o lançamento de outros novos, como o ensino à distância. No entanto, apenas duas organizações possuem plataforma de *e-learning*, devendo a estas juntar-se a de um instituto ligado à CGTP-IN.

Por fim, a eficácia de um sítio também se mede pela sua atractividade e funcionalidade. Em 42,8% dos casos analisados, a navegação é muito pouco ou pouco intuitiva e em muitos deles a informação ou é escassa ou é muito abundante e está mal organizada. Sublinhe-se ainda que só metade dos sítios (50,6%) possui a funcionalidade de pesquisa ou animações e apenas 16,7% disponibilizam o respectivo mapa. Uma acessibilidade melhorada, em particular para cidadãos com dificuldades visuais, existe unicamente em 8,3% dos casos e as FAQ estão presentes em apenas 6,1%. A sonorização assume igualmente um carácter de excepionalidade (11,7%), o mesmo sucedendo com o alojamento de vídeos (13,7%). Mais difundidas são as imagens/fotografias, presentes em 77,2% dos sítios.

A análise extensiva a que procedemos permite-nos concluir que os sindicatos portugueses não estão a retirar todas as potencialidades da utilização das TIC. Esta conclusão é reforçada pelo estudo de caso efectuado na CGTP-IN.

Desde logo foi possível constatar que o uso das TIC por esta confederação não obedece a uma política de comunicação estruturada e bem definida. Ela é antes fruto de “uma formulação teórica e genérica, orientações de política, discutida e aprovada nos congressos”, a qual se traduz numa insuficiente orientação de actuação, o que é reforçado pelo desconhecimento das potencialidades destas tecnologias por parte dos decisores, que também evidenciam uma visão curta do tempo e do investimento. Como afirmou um dos entrevistados: “os decisores são quase sempre desconhecedores da coisa tecnológica e optam pelo preço mais baixo... mesmo que tendo opiniões propostas por técnicos! Tão simplesmente porque definem à cabeça aos ditos técnicos a regra do mais barato...”

E, embora existam experiências positivas enquanto tal, não há soluções estabilizadas que estejam na vanguarda tecnológica, ou sequer lá perto. E muito do potencial oferecido pelas TIC é desta forma desperdiçado.

Vejamos alguns exemplos. Existe uma *mailing list* para distribuição de informação alargada, mas que não é usada regularmente. Já foi feita a cobertura experimental em directo de acontecimentos, para o sítio *web*, sendo que no que respeita à “*tvweb*” a CGTP-IN “tem um sítio registado – CGTP TV, ocupado até agora com o evento Greve Geral”, o qual se encontra inactivo, servindo apenas como depósito de memória<sup>ii</sup>. As redes ainda não foram promovidas e desenvolvidas. Os documentos de larga distribuição interna, como os relatórios de contas ou o relatório de actividades, não são disponibilizados e as convocatórias das reuniões dos órgãos dirigentes não são divulgadas, pelo que o aprofundamento da transparência da acção potenciada por estas opções tecnológicas não se verifica.

Um dos entrevistados salientou o “carácter fechado do sítio, sem recurso a videoconferência, nem interactividade, (sem) áreas reservadas de discussão e acesso restrito, a produção de *fora* e de inquéritos e sondagens como forma de formar opinião e consultar associados”. Adicione-se o facto de não haver blogues associados e de não se publicarem artigos de opinião que possam ser enviados pelos associados. De facto, a falta de interactividade é notória e reconhecida, com um dos entrevistados a referir que “no *site* apenas há interacção através do formulário de contactos, mas será que isso se pode considerar mesmo interacção?”. O sítio desta organização na Internet é assim um espaço protegido, cuja concepção assenta na mera divulgação das posições oficiais da confederação – “quase podemos dizer que o *site* é mais um veículo de propaganda”, dirá um dos entrevistados.

Também não existem FAQ, nem a possibilidade de inscrição em *feeds*. Há um contacto *mail* geral, através de um formulário de contactos. Não existe versão noutra língua nem tradutor instalado, o que é de grande relevância para o fomentar da solidariedade internacional, ainda que existam alguns documentos em inglês.

O sítio da CGTP-IN tem fotos e também vídeos associados a eventos, como sejam a cobertura de acontecimentos (1.º de Maio, manifestações, congressos, conferências de imprensa etc.), que são colocados em diferido ou mesmo em directo, mas tal não pode ser considerado satisfatório em termos multimédia.

Por vezes são realizadas campanhas, em particular abaixo-assinados e petições em linha, as quais, segundo os entrevistados não têm constituído um sucesso, com a recolha de assinaturas a ficar sempre aquém das que são recolhidas em papel, podendo a explicação residir num conjunto diversificado de factores, entre os quais se contará o facto de no sítio não se verificarem incentivos à participação, pelo que esta nunca poderá ser muito elevada.

Os serviços disponibilizados são escassos, neles não se incluindo, por exemplo, a formação sindical, apesar da rede de centros de formação de diversas organizações que a CGTP-IN integra, dirige ou possui<sup>iii</sup> e que têm presença na Internet. O sítio institucional da CGTP-IN disponibiliza *links* para essas entidades, mas não existe uma verdadeira ligação em rede.

## 6. Conclusão

Em todo o mundo, mas particularmente em Portugal, os sindicatos chegaram tardiamente à era digital. Em meados da década de 90 estas organizações não dispunham ainda, quase por completo, de meios digitais, o que poderá ser explicado por um insuficiente ou baixo grau de literacia informática – que suscita a questão da mudança cultural na transição do uso de dispositivos e práticas analógicas para novos sistemas e práticas digitais – e por uma atitude de muitos dirigentes de recusa das TIC, uma vez que as consideravam uma das principais causas do desemprego.

A situação atual revela uma acentuada mudança. Estas tecnologias encontram-se amplamente difundidas, se bem que se verifiquem algumas assimetrias relevantes, em particular no que se refere à presença na Internet, colocando-se agora novas questões ligadas às especificidades da sua utilização, estilos, objetivos, estratégias e domínio.

A introdução destas tecnologias ocorreu segundo ritmos diferenciados. Os factores que pressionam e condicionam fortemente a sua adopção são, por um lado, a dimensão organizacional e, por outro, o nível de escolarização dos associados.

Na esmagadora maioria dos sindicatos a adopção das TIC não obedece à existência de um plano estratégico. Predominam os dispositivos unidireccionais nas plataformas informáticas, o que contribui para o perpetuar do fechamento organizacional, travando o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento da influência sindical na sociedade.

Assim sendo, os sindicatos portugueses ainda têm um longo caminho a percorrer no sentido de se tornarem no que Shostak designa por *cyberunions*. Por ora, apenas os poderemos classificar genericamente como *cyberdrifts*.

Contudo, neste contexto de crise sindical, as TIC por si só não constituem a panaceia para ultrapassar a situação. O seu potencial só se materializará e contribuirá para a revitalização do sindicalismo se o investimento nelas feito for criativo e enquadrado numa estratégia de reforço da organização sindical implicando a promoção da inclusão, da participação e da transparência; o acréscimo da capacidade de representação; a intensificação do recrutamento de novos membros e da presença física dos sindicatos nos locais de trabalho; a melhoria da ligação entre os sócios e as suas organizações e a mobilização dos trabalhadores, isto é, no quadro da adopção de uma estratégia do tipo “*organizing*”. Ao contrário do que pressupõem os que estão imbuídos de um fascínio pelo “*admirável mundo novo*” das TIC e defendem um *sindicalismo cibernético* que consideram que substituirá eficazmente a presença sindical nos locais de trabalho, os meios tecnológicos não dispensam, de forma alguma, a presença da organização sindical de base junto dos trabalhadores.

## Bibliografia

Ad Hoc Committee on Labor and the Web. 1999. *Why the Internet matters to organized labor*. Recuperado em 19 de Março, 2008, de <http://www.mindopen.com/laborweb>.

Alves, Paulo Marques (1994). *Crise e Mudança em Portugal: Dilemas Sindicais face à Inovação Tecnológica e Organizacional*. Lisboa: ISCTE (Tese de Mestrado).

Antunes, Ricardo (2005). *O Caracol e sua Concha: Ensaios sobre a Nova Morfologia do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Chaison, Gary (1996). *Union Mergers in Hard Times. The View from Five Countries*. Ithaca: Cornell University Press.

Chaison, Gary (2002), Information technology: the threat to unions, *Journal of Labour Research*, XXIII (2), 249-259.

Cockfield, Sandra (2003). *Union recruitment and organising on the world wide web*, Working Paper Series 23/03, Monash University – Faculty of Business and Economics, Recuperado em 19 de Março, 2008 de [www.buseco.monash.edu.au/mgt/.../wp23-03.pdf](http://www.buseco.monash.edu.au/mgt/.../wp23-03.pdf).

Darlington, Ralph (2000). *The creation of the e-union: the use of ICT by British unions*. Comunicação à Internet Economy Conference. Londres: London School of Economics, Recuperado em 19 Março, 2008, de <http://members.tripod.co.uk/rogerdarlington/E-union.html>.

Diamond, W. J.; Freeman, Richard B. (2002). Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the internet for employee organization, *British Journal of Industrial Relations*, 40 (3), 569-596.

Dolvik, Jon Erik (2002). Launch of virtual union for «labour market nomads» in Norway, *Transfer*, 8, (3), 527-528.

Ebbinghaus, Bernard; Visser, Jelle (2000) (Ed.). *Trade Unions in Western Europe since 1945*. Londres: Macmillan.

Fiorito, Jack; Bass, William (1999). *The use of information technology in US national unions: an explanatory study*. Comunicação ao Annual Meeting of the Academy of Management. Chicago

- Fiorito, Jack. et al. (2000). The adoption of information technology by US national unions, *Relations Industrielles*, 55 (3), 447-472.
- Fiorito, Jack et al. (2002). Information technology, union organizing, and union effectiveness, *British Journal of Industrial Relations*, 40 (4), 627-658.
- Freeman, Richard B.; Rogers, Joel (2002). A proposal to American labor, *The Nation*, June 24, Recuperado em 19 de Março, 2008, de <http://www.thenation.com/doc/20020624/rogers>
- Frege, Carola; Kelly, John (2003). Union revitalization strategies in comparative perspective, *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1), 7-24
- Greene, Anne-Marie et al. (2003). E-collectivism and distributed discourse : new opportunities for trade union democracy, *Industrial Relations Journal*, 34 (4), 282-289.
- Greene, Anne-Marie; Kirton, Gill (2003). Possibilities for remote participation in trade unions: mobilizing union activists, *Industrial Relations Journal*, 34 (4), 319-333.
- Greer, Charles R. (2002). E-voice: how information technology is shaping life within unions, *Journal of Labor Research*, XXIII (2), 215-235.
- Gutiérrez-Rubi, Antoni (2009). Sindicatos y comunicación en tiempos de crisis, *Revista de la Fundació Rafael Campalans*, (Fevereiro), 68-75. Recuperado em 18 de Maio, 2012 de [www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis](http://www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis).
- Heery, Edmund. et al. 2003. Union revitalization in Britain, *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1), 79-97.
- Hendrickson, Rachel (1998). *Union organizing on the net*. Comunicação à 50<sup>th</sup> Annual Meeting of the Industrial Relations Research Association. Chicago.
- Hodkinson, Stuart (2001). *Reviving trade unionism : globalisation, internationalism & the Internet*. Comunicação ao 29<sup>th</sup> Joint Sessions of Workshops. Grenoble, Recuperado em 19 de Março, 2008 de [http://leeds.academia.edu/StuartHodkinson/Papers/507834/Reviving\\_trade\\_unionism\\_globalisation\\_internationalism\\_and\\_the\\_internet](http://leeds.academia.edu/StuartHodkinson/Papers/507834/Reviving_trade_unionism_globalisation_internationalism_and_the_internet).
- Hogan, John; Green, Anne-Marie (2001). *E-collectivism: On-line action and on-line mobilisation*, Recuperado em 19 de Março, 2008 de [www.davidbeaumont.btinternet.co.uk/msf/hogan.html](http://www.davidbeaumont.btinternet.co.uk/msf/hogan.html).
- Hurd, Richard (1998). Contesting the dinosaur image : the labor movement's search for a future, *Labor Studies Journal*, 22 (4), 5-30.
- Lee, Eric (1997). *The Labor Movement and the Internet: the New Internationalism*. Londres: Pluto Press.
- Lee, Eric (2000). *The Internet belongs to everyone: radical thoughts on the governance of cyberspace*. Recuperado em 19 de Março, 2008 de [www.labourstart.org/icann](http://www.labourstart.org/icann).
- Levesque, Charles; Murray, Gregor (2003). Le pouvoir syndical dans l'économie mondiale: clés de lecture pour un renouveau, *La Revue de l'IRES*, 41, 149-176.
- Lucore, R. E. (2002). Challenges and opportunities : unions confront the new information technologies, *Journal of Labor Research*, XXIII (2), 201-214.
- Martínez Lucio, Miguel (2003). New communication systems and trade union politics: a case study of Spanish trade unions and the role of the Internet, *Industrial Relations Journal*, 34 (4), 334-347.
- Michels, Robert (1961 [1910]). *Political Parties: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York: Collier Books.
- Pinnock, Sharon (2005). Organizing virtual environments: national union deployment of the blog and new cyberstrategies, *Working USA – The Journal of Labor Society*, 8 (4), 457-468.

Rego, Raquel et al. (2010). Towards a typology of trade unions uses of the Internet: preliminary data on the Portuguese case. Comunicação ao 9º Congress of the International Industrial Relations Association. Copenhagen: FAOS.

Sawchuck, Peter (2001). *Online learning for labour movement activists?* Recuperado em 19 de Março, 2008, de <http://home.oise.utoronto.ca/~psawchuck/NALLWO~1.DOC>

Shostak, Arthur (1999). *Cyberunion. Empowering Labor through Computer Technology*. Armonk: M. E. Sharpe.

Shostak, Arthur (2002) (Ed.). *The Cyberunion Handbook: Transforming Labor Through Computer Technology*. Armonk (NJ): M.E. Sharpe.

Troy, L. (2001). Can cyberspace revive and empower the American labor movement? In K. Spooner & C. Innes (Ed.), *Employment relations in the new economy*. IERA: Sydney.

Visser, Jelle (2006). Union membership statistics in 24 countries, *Monthly Labor Review*, 129, 38-49

Waterman, Peter (2001). Trade union internationalism in the age of Seattle, *Antipode*, 33 (3), 312-336.

## Fontes Estatísticas

INE – Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2011

INE/UMIC – Inquéritos à Utilização das TIC na Administração Pública Central; na Administração Pública Regional; nas Câmaras Municipais; nos Hospitais; nas Empresas; nos Estabelecimentos de hotelaria (2010)  
GEPE/ME – Modernização Tecnológica das Escolas (2008)

---

<sup>i</sup> Veja-se o inovador exemplo de [www.streik.tv](http://www.streik.tv) (*streik=greve*), promovido pela Ver-di, a grande federação sindical dos serviços alemã, integrante da DGB.

<sup>ii</sup> Função que, aliás, um dos entrevistados, perguntado sobre se “serve ao menos para armazenamento de informação?”, respondeu que “sim (...) E embora tenhamos de reconhecer que tal não é bem feito porque a partir de determinado tempo passado não há como visionar ou sequer saber que está lá na página, escondido”.

<sup>iii</sup> No entanto, segundo um dos entrevistados “convém esclarecer que a CGTP tem o seu sítio institucional, depois há o sítio dos direitos; há também o da Interconsumidores, mais o da Saúde e Higiene no trabalho. Mas a CGTP, na sua órbita tem também um Instituto, o IBJC, uma Escola Profissional Bento de Jesus Caraça e o Inovinter em parceria com o IIEFP. São todos virados para ofertas formativas, mas mesmo que (tenham formação) *online* não são formação para os quadros sindicais nem (lhes são) acessíveis.”